afastada a parte do crédito tributário constante do AINF, relativa à transmissão de bens, cujo inventário foi processado no Estado do Tocantins. 3. Deve ser afastada a parte do crédito tributário constante do AINF, relativa aos bens situados no Estado do Pará, cujo recolhimento do imposto foi devidamente comprovado. 4. Recurso conhecido e improvido, para manter a decisão recorrida. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 15/04/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 15/04/2020.

(*) **Republicado por ter saído com incorreção.**

Protocolo: 558294

PORTARIA N.º 430, DE 02 DE JULHO DE 2020.

Acrescenta produto à Portaria n.º 1.726, de 06 de dezembro de 2016, que dispõe sobre o Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final - PMPF dos produtos refrigerantes, energéticos e isotônicos.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do art. 6º do Decreto n.º 1.604, de 18 de abril de 2005, e tendo em vista o disposto no § 6º do art. 8º da Lei Complementar 87/96, o § 17 do art. 39 da Lei 5.530/89 e o disposto no inciso III do art. 39 do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, aprovado pelo Decreto n.º 4.676, de 18 de junho de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º Fica acrescido o produto abaixo relacionado ao Anexo I da Portaria n.º 1.726, de 06 de dezembro de 2016:

FABRICANTE	CÓDIGO	MARCAS	EMBALAGEM - FAIXA DE VOLUME	PREÇO
AMBEV S.A	001224-5	Barê	PET e Vidro descartáveis - até 200ml	0,99

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, produzindo efeitos 10 (dez) dias depois de sua publicação. RENÉ DE OLIVEIRA E SOUSA JÚNIOR

Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA N.º 431, DE 02 DE JULHO DE 2020.

Acrescenta produto à Portaria n.º 276, de 04 de agosto de 2017, que dispõe sobre o Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final - PMPF do produto cerveja.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do art. 6º do Decreto n.º 1.604, de 18 de abril de 2005, e tendo em vista o disposto no § 6º do art. 8º da Lei Complementar 87/96, o § 17 do art. 39 da Lei n.º 5.530/89 e o disposto no inciso III do art. 39 do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, aprovado pelo Decreto n.º 4.676, de 18 de junho de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º Fica acrescido o produto abaixo relacionado ao Anexo Único da Portaria n.º 276, de 04 de agosto de 2017:

FABRICANTE	CÓDIGO	MARCAS	EMBALAGEM - FAIXA DE VOLUME	PREÇO
AMBEV S.A	001223-7	Brahma Duplo Malte	Garrafa de Vidro Descartável - 361ml a 660ml	5,09

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, produzindo efeitos 10 (dez) dias depois de sua publicação. RENÉ DE OLIVEIRA E SOUSA JÚNIOR

Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 558432

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 018, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Estabelece os procedimentos a serem adotados para o reconhecimento de prescrição do crédito tributário, previsto no art. 53-B da Lei n.º 6.182, de 30 de dezembro de 1998.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando o disposto no art. 53-B da Lei Estadual n.º 6.182, de 30 de dezembro de 1998, incluído pela Lei Estadual nº 8.869, de 10 de junho de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º O reconhecimento de prescrição do crédito tributário será procedido pela Secretaria de Estado da Fazenda antes do envio da Certidão de Dívida Ativa à Procuradoria-Geral do Estado.

Parágrafo único. Será indeferido sumariamente o requerimento do interessado que solicite reconhecimento de prescrição de crédito tributário já enviado à Procuradoria-Geral do Estado - PGE.

Art. 2º O reconhecimento da prescrição do crédito tributário ocorrerá a requerimento do interessado ou de ofício, pelo Diretor de Arrecadação e Informação Fazendária.

Art. 3º O pedido de prescrição pelo interessado deverá ser instruído, no mínimo, com:

I - documento de identidade e de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, do Ministério da Fazenda, conforme o caso;

II - ata da posse ou procuração, com poderes específicos para requerer o reconhecimento da prescrição do crédito tributário perante a SEFA, se for o caso;

III - ato de constituição consolidado e alterações, no caso de pessoa jurídica;

IV - Certificado de Registro de Veículos - CRV ou nota fiscal de aquisição, em nome do requerente, se for o caso;

V - prova de preenchimento das condições e requisitos legais, com identificação precisa do(s) débito(s).

§ 1º A procuração, quando feita por instrumento particular, deverá ser apresentada com todas as assinaturas reconhecidas em Cartório.

§ 2º Os demais documentos de que trata o caput deste artigo deverão ser apresentados em cópia simples, acompanhada do original, para ser autenticada por servidor fazendário, devidamente identificado, observada a Instrução Normativa n.º 20, de 23 de novembro de 2018.

§ 3º Na hipótese prevista no inciso IV do caput deste artigo, a cópia do documento poderá ser autenticada pelo Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN.

§ 4º Cada estabelecimento do mesmo titular é considerado autônomo para os efeitos de requerimento do reconhecimento da prescrição.

§ 5º O interessado formalizará requerimento ao Diretor de Arrecadação e Informação Fazendária, devendo protocolizar na Coordenação Executiva Regional ou Especial de Administração Tributária e Não Tributária - CERAT/CEEAT de sua circunscrição.

Art. 4º A CERAT ou CEEAT remeterá o pedido à Célula de Controle e Cobrança de Dívida Ativa - CCDA no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do seu recebimento.

Art. 5º Compete ao Diretor de Arrecadação e Informação Fazendária, após emissão de parecer técnico do Coordenador da Célula de Controle e Cobrança da Dívida Ativa, declarar a prescrição a requerimento do interessado.

Art. 6º São hipóteses para a declaração de prescrição:

I - confirmação de crédito tributário formalizado e devidamente notificado ao sujeito passivo por meio de Auto de Infração e Notificação Fiscal, cujo transcurso do prazo legal ultrapasse 5 (cinco) anos, contados a partir do dia seguinte ao seu vencimento, sem que tenha havido pagamento ou a impugnação ou, ainda, recurso de decisão;

II - confirmação de crédito tributário declarado pelo sujeito passivo, cujo transcurso do prazo legal ultrapasse 5 (cinco) anos, contados a partir do dia seguinte ao seu vencimento, com ou sem inscrição em dívida ativa, antes do envio à PGE; ou

III - confirmação do não pagamento de qualquer parcela, ou saldo de parcela de parcelamento, em prazo superior a 5 (cinco) anos, com ou sem a inscrição automática em dívida ativa, antes do envio à PGE.

Parágrafo único. Na contagem do prazo de prescrição de que trata o caput deste artigo deverão ser observadas as hipóteses de suspensão e interrupção do crédito tributário.

Art. 7º O crédito tributário prescrito deverá ser baixado no Sistema Integrado de Administração Tributária - SIAT da Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 8º O Diretor de Arrecadação e Informação Fazendária - DAIF deverá baixar o crédito tributário inscrito em dívida ativa se devidamente reconhecido como prescrito, por meio de ofício, pela Procuradoria-Geral do Estado.

Art. 9º O acompanhamento das baixas automatizadas no SIAT caberá à Célula de Controle e Cobrança da Dívida Ativa.

Art. 10. A Secretaria de Estado da Fazenda não inscreverá em dívida ativa crédito tributário declarado prescrito nos termos desta Instrução Normativa.

Art. 11. Esta instrução normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

RENÉ DE OLIVEIRA E SOUSA JÚNIOR

Secretário de Estado da Fazenda

* **Republicado por ter saído com incorreção no DOE de nº 34.268 do dia 01/07/2020**

Protocolo 558442

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 019, DE 02 DE JULHO DE 2020.

Regulamenta a utilização de veículos oficiais, próprios ou locados da administração pública Estadual por servidores públicos devidamente habilitados, bem como dispõe sobre o procedimento para ressarcimento ao erário nos casos que menciona e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 135, parágrafo único, e 138, II, da Constituição Estadual, combinados com o art. 4º, I, da Lei nº 6.625, de 13 de janeiro de 2004, e com os arts. 6º, VIII, e art.11 da Instrução Normativa nº 1.604, de 18 de abril de 2005 e art. 25 da Instrução Normativa nº 01/2015-SEAD de 06 de outubro de 2015,

Considerando a necessidade de tornar a Organização Fazendária mais ágil e compatível com as necessidades e interesses da coletividade;

Considerando no âmbito do Estado do Pará, a pandemia do novo corona vírus COVID-19, que resultou no afastamento do trabalho presencial de servidores;

Considerando a busca da eficiência e eficácia da Administração Tributária do Estado do Pará, com foco na maximização dos resultados e satisfação da sociedade;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer as Normas de condutas, princípios, deveres e obrigações dos servidores na condução de veículos oficiais, próprios ou locados no âmbito da SEFA, observados os preceitos básicos da responsabilidade individual com os bens públicos, da sustentabilidade e da redução de gastos públicos na condução, utilização e conservação da frota.

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE E DEFINIÇÕES

Art. 2º Para efeito desta Instrução Normativa, consideram-se as seguintes definições:

I - condutor oficial: servidor ocupante do cargo/função de motorista, portador de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com categoria compatível ao veículo conduzido;

II - condutor autorizado: servidor ocupante de cargo das carreiras da Administração Tributária, devidamente autorizado conforme modelo previsto no Anexo I desta Instrução Normativa, e portador de CNH com categoria compatível veículo conduzido;

III - deslocamento: movimentação de veículos oficiais, próprios ou locados de acordo com o trajeto definido;

IV - não conformidade: qualquer avaria constatada visualmente ou por vistoria técnica que altere as características ou a funcionalidade do veículo oficial, próprio ou locado, e que requeira reparo para restituí-lo ao estado original ou, ainda, ausência de equipamentos acessórios automotivos obrigatórios;

VI - solicitante: servidor ocupante do cargo ou função na SEFA que solicita veículo oficial, próprio ou locado, para deslocamento ou viagem no interesse do serviço público;

VII - veículo oficial: todo veículo da SEFA, próprio ou locado, devidamente identificado e destinado ao atendimento das necessidades institucionais; e

VIII - viagem: qualquer movimentação do veículo oficial, próprio ou locado, de um lugar para outro razoavelmente distante e que ultrapasse os limites entre municípios.